



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Protocolo Nº

Data emissão: 19-08-24

Hora: 16:58

Responsável: [assinatura]

Câmara M. Três Barras PR

PROJETO DE LEI Nº 2707/2024

Data 19/08/2024

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a ceder bem imóvel em Regime de Permissão de Uso, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Três Barras do Paraná autorizado a ceder, em Regime de Permissão de Uso, para a **Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.889.834/0001-08, com sede no ST Setor Bancário Norte, S/N, Quadra 2, Bloco L, lote 06, Asa Norte, em Brasília/DF, **PARTE DA ESCOLA MUNICIPAL CARLOS GOMES - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, SALAS 01 e 02, AUDITÓRIO, GINÁSIO COBERTO, REFEITÓRIO E SANITÁRIOS**, localizados na quadra de terreno urbano sob nº 7 (sete), do Loteamento denominado Três Barras, com área de 7,210,00 m² (sete mil e duzentos e dez metros quadrados), com as seguintes confrontações: frente: para a Avenida Paraná, medindo 161,00 metros de extensão confrontando a já mencionada Avenida Paraná; fundos: confrontando com a Rua das Garças, medindo 140,00 metros de extensão; Lado Direito: confrontando com Rua Luciano Alberton e com as quadras nº 25 e 9, deste mesmo loteamento, numa extensão de 92,00 metros e Lado Esquerdo: confrontando com a Rua das Araras, medindo 11,00 metros.

Art. 2º. As salas serão destinadas à ministração de aulas de curso superior a distância lato senso, stricto senso e pós graduação, para o funcionamento do **Polo de Apoio Presencial de Três Barras do Paraná - Centro**.

Art. 3º. O prazo da Permissão de Uso será de 05 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período, desde que o PERMISSONÁRIO manifeste expressamente seu interesse no prazo prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias do término de vigência, e no caso de o MUNICÍPIO considerar plenamente cumpridas as normas estabelecidas.

Art. 4º. Das Obrigações:

I – do MUNICÍPIO:

a) permitir o uso à PERMISSONÁRIA do espaço objeto deste Termo de Permissão de Uso;

b) orientar, coordenar, supervisionar, fiscalizar e avaliar o presente Termo de Permissão de Uso, diretamente ou por meio de outro Órgão delegado;

II – da PERMISSONÁRIA:

4



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

- a) zelar pela integridade do bem público utilizado, conservando-o em perfeito estado;
- b) cuidar da segurança, com a finalidade de evitar vandalismo e depredação;
- c) evitar danos ao imóvel que resultem em virtude de mau uso e falta de conservação, bem como no caso de descuidos, tais como incêndios e demais situações afins;
- d) administrar e cuidar para que não ocorra qualquer alteração ou modificação no imóvel sem a prévia e expressa autorização do **MUNICÍPIO**, sob pena de ser obrigada a repor o bem em seu estado original;
- e) entregar o bem quando notificado para fazê-lo.


Parágrafo único. A **PERMISSIONÁRIA** assume integralmente a responsabilidade pelos danos causados ao bem, exceto aqueles decorrentes do uso normal, devolvendo o espaço no mesmo estado em que recebeu, não obstante a responsabilidade civil e criminal por eventuais danos causados.

Art. 5º. É vedado à **PERMISSIONÁRIA**:

- I – ceder, emprestar ou transferir, a qualquer título, o imóvel objeto da presente Permissão de Uso, bem como permitir que terceiros não identificados o utilizem;
- II – alocar ou permitir a utilização do imóvel para fins diversos dos especificados no Termo de Permissão de Uso;
- III – praticar ou permitir a prática de qualquer tipo de atividade que não se identifique com as finalidades expressas no Termo de Permissão de Uso;
- IV – colocar letreiros, placas, anúncios luminosos ou quaisquer objetos similares, sem prévia autorização do Município;
- V – promover eventos não afins da atividade autorizada;
- VI – utilizar o espaço para eventos privados;
- VII – realizar qualquer obra sem autorização do **MUNICÍPIO**.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Três Barras do Paraná, em 19 de agosto de 2024.


GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

JUSTIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 2707/2024.

Visa o presente Projeto de Lei obter autorização para cede bem imóvel em regime de Permissão de Uso.

A cedência é área da escola Carlos Gomes e servirá para ministrar de aulas de curso superior a distância lato senso, stricto senso, e pós graduação para o funcionamento do **Polo de Apoio Presencial de Três Barras do Paraná-Centro.**

Anexo a minuta do Termo.

Para que seja possível a celebração do Termo o mais rápido possível, solicitamos que este Projeto de Lei, seja analisado e votado no **regime de urgência urgentíssima.**

Diante do exposto, esperamos que este Projeto de lei, seja aprovado em sua totalidade.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 19 de agosto de 2024.


GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Ofício nº 310/2024

Três Barras do Paraná, em 19 de agosto de 2024.

Exmo. Sr.

ANTENOR CARLOS DA MOTTA

MD. Presidente da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná

Senhor Presidente:

Tem o presente a finalidade de encaminhar para que seja analisado e votado, o **Projeto de Lei nº 2707/2024**, que autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a ceder bem imóvel em Regime de Permissão de Uso.

Os objetivos e justificativas estão em anexo ao presente Projeto de Lei.

Limitando ao exposto, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente:


GERSO FRANCISCO GUSSO
PREFEITO MUNICIPAL

RECEBIDO
19/09/24

Responsável pelo Setor de Protocolo
Câmara Municipal de Três Barras do Paraná



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO
00.889.834/0001-08
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
01/11/1995

NOME EMPRESARIAL

FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE

DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

84.11-6-00 - Administração pública em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

113-9 - Fundação Pública de Direito Público Federal

LOGRADOURO

ST SETOR BANCARIO NORTE

NUMERO

S/N

COMPLEMENTO

QUADRA2 BLOCO L LOTE 06 CXPST 250

CEP

70.040-020

BAIRRO/DISTRITO

ASA NORTE

MUNICÍPIO

BRASILIA

UF

DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO

dcon@capes.gov.br

TELEFONE

(61) 2022-6623/ (61) 2022-6603

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

UNIÃO

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

06/04/2002

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 19/08/2024 às 14:29:58 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

O Município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Brasil, 245, em Três Barras do Paraná, Comarca de Catanduvas — Pr., inscrito no CNPJ N° 78.121.936/0001-68, representado neste ato por seu Prefeito Municipal Senhor, **GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, maior, casado, residente e domiciliado na cidade de Três Barras do Paraná, portador do CI/RG n° 902.308.139-2 SSP RS e CPF n° 409.886.600-59, ora denominado simplesmente de **MUNICÍPIO**, confere as salas descritas no ANEXO I do presente termo, localizada na Escola Municipal Carlos Gomes- Educação Infantil e Ensino Fundamental, entidade pública sem fins lucrativos inscrita no CNPJ sob o n° 81.268.559/0001-07 com sede na Avenida Paraná, n° 520, Município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato pelo seu Presidente senhor, **Jacir Savegnago**, brasileiro, casado, portador da célula de identidade n° 7.661.310-9 SESP/PR, inscrito no CPF com o n° 030.267.929-42, residente e domiciliado Rua Mato Grosso, N° 941, centro, Três Barras do Paraná- PR, têm entre si ajustado o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO**, doravante denominado **TERMO**, de acordo com as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Constitui objeto do presente Termo a Permissão de Uso, a título gratuito, de duas salas, auditório, ginásio coberto, refeitório e sanitários pertencentes ao **MUNICÍPIO**, localizada na Escola Municipal Carlos Gomes- Educação Infantil e Ensino Fundamental, e descrito no ANEXO I, em favor da **PERMISSIONÁRIA**.

Parágrafo único. A sala será destinada à ministração de aulas de curso superior a distância lato senso, stricto senso, e pós graduação para o funcionamento do **Polo de Apoio Presencial de Três Barras do Paraná- Centro**.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Prazo

O presente Termo de Permissão de Uso será válido pelo prazo de cinco anos, a contar da data de assinatura do documento, podendo ser prorrogável por igual período.

§ 1º Caso tenha interesse em prorrogar o prazo estipulado no caput, a **PERMISSIONÁRIA** deverá notificar o município com, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes de antecedência do término da vigência deste instrumento.

§ 2º No caso de prorrogação do **TERMO**, as partes deverão celebrar o respectivo Termo Aditivo.

§ 3º O **MUNICÍPIO** poderá solicitar a desocupação do espaço a qualquer tempo, mediante aviso à **PERMISSIONÁRIA**, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, independentemente do prazo estipulado, sem direito a indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Obrigações

I - Do MUNICÍPIO:

a) permitir o uso à **PERMISSIONÁRIA** do espaço objeto deste Termo de Permissão de Uso;

b) orientar, coordenar, supervisionar, fiscalizar e avaliar o presente Termo de Permissão de Uso, diretamente ou por meio de outro Órgão delegado.

II - da PERMISSIONÁRIA:

a) zelar pela integridade do bem público utilizado, conservando-o em perfeito estado;

b) cuidar da segurança, com a finalidade de evitar vandalismo e depredação;

c) evitar danos ao imóvel, que resultem em virtude de mau uso e falta de conservação, bem como no caso de descuidos, tais como incêndios e demais situações afins;

d) administrar e cuidar para que não ocorra qualquer alteração ou modificação no imóvel sem a prévia e expressa autorização do **MUNICÍPIO**, sob pena de ser obrigada a repor o bem em seu estado original;

e) entregar o bem quando notificado para fazê-lo.

Parágrafo único. A **PERMISSIONÁRIA** assume integralmente a responsabilidade pelos danos causados ao bem, exceto aqueles decorrentes do uso normal, devolvendo o espaço no mesmo estado em que recebeu, não obstante a responsabilidade civil e criminal por eventuais danos causados.

CLÁUSULA QUARTA – Das Vedações

I - É vedado à PERMISSIONÁRIA:

a) ceder, emprestar ou transferir, a qualquer título, o imóvel objeto da presente Permissão de Uso, bem como permitir que terceiros não identificados o utilizem;

b) alocar ou permitir a utilização do imóvel para fins diversos dos especificados no presente Termo de Permissão de Uso;

c) praticar ou permitir a prática de qualquer tipo de atividade que não se identifique com as finalidades expressas no presente Termo de Permissão de Uso;

d) colocar letreiros, placas, anúncios luminosos ou quaisquer objetos similares, sem prévia autorização do Município;

e) promover eventos não afins da atividade autorizada;

f) utilizar o espaço para eventos privados;

g) realizar qualquer obra sem autorização do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA QUINTA - Das Normas

Na hipótese de extinção do presente Termo, todas as benfeitorias úteis e necessárias realizadas no imóvel ficam, automaticamente, incorporadas ao patrimônio do **MUNICÍPIO** sem direito a qualquer indenização ou ressarcimento.

§ 1º Poderão ser efetuados reparos e manutenções necessárias, após autorização do **MUNICÍPIO**, se isso não causar danos ao espaço.

§ 2º Os reparos e manutenções realizadas não darão direito à indenização ou mesmo a retenção do bem por parte da **PERMISSIONÁRIA**.

§ 3º O **MUNICÍPIO** fica isento de responder a qualquer problema decorrente do uso inadequado do espaço e problemas de natureza pessoais que por ventura venham a ocorrer.

§ 4º A **PERMISSIONÁRIA** fica diretamente vinculada às normas municipais, em tudo que disser respeito ao uso do imóvel objeto do presente Termo de Permissão de Uso.

CLÁUSULA SEXTA - Da Fiscalização

O **MUNICÍPIO** poderá acompanhar, fiscalizar e auditar *in loco* o uso do espaço, avaliando seu estado de conservação, podendo sugerir e propor as providências consideradas necessárias para a otimização do bem referido.

Parágrafo único. Fica designado o Servidor Sr. **Ademar Couto dos Santos**, matrículas nº 450-2/1 e 2575-5/1, lotado no presente momento na Secretaria de Educação, que fará o acompanhamento e a fiscalização quanto ao cumprimento das normas expressas neste Termo e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - Dos Fatos Estranhos

Na ocorrência de qualquer fato estranho ao que fica ora estabelecido, deverá a **PERMISSIONÁRIA** comunicar imediatamente ao **MUNICÍPIO**, através do responsável pelo Termo de Permissão de Uso, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

§ 1º O descumprimento de quaisquer das obrigações ou requisitos exigidos pelo **MUNICÍPIO** determinará a rescisão da presente Permissão e na imediata devolução do imóvel.

§ 2º Casos omissos a este TERMO serão resolvidos expressamente pelo **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA OITAVA - Da Prática de Infrações

A prática de qualquer infração as disposições deste Termo de Permissão de Uso, implicará na sua rescisão e na imediata devolução do bem público.


CLÁUSULA NONA - Do Foro

Para dirimir eventuais dúvidas originadas do presente Termo de Permissão de Uso fica eleito o foro da Comarca de Catanduvas, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas, as partes firmam o presente Termo em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas adiante identificadas.

Três Barras do Paraná, 13 de agosto de 2024

JACIR SAVEGNAGO
Presidente Associação APMF


GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO I

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ -PR.

PERMISSIONÁRIA: CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL).

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO: DUAS SALAS, AUDITÓRIO, GINÁSIO COBERTO, REFEITÓRIO E SANITÁRIOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO, LOCALIZADA NA ESCOLA MUNICIPAL CARLOS GOMES- EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL,

DATAS E HORÁRIOS E PRAZO DA PERMISSÃO DE USO: DE SEGUNDA E SEXTA-FEIRA DAS 7h às 20h - 14/03/2011 - NO PRAZO DE CINCO DIAS



CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER NO PROJETO DE LEI N.º 2707/2024 DO EXECUTIVO MUNICIPAL

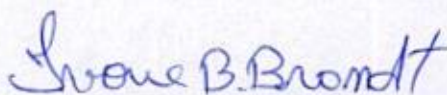
A Comissão de “**JUSTIÇA E REDAÇÃO**”, composta pelos vereadores: **ANDRÉIA PEREIRA, IVONE B. BRANDT e GILMAR BISSOTO**, reuniram-se em data de 19/08/2024 para estudar o **PROJETO DE LEI N.º 2707/2023** do Executivo Municipal e dar o **PARECER**.

Após minucioso estudo do referido Projeto, analisado nos diversos aspectos de competência desta Comissão, chegamos à conclusão que o referido **PROJETO DE LEI** merece, por parte desta Comissão, sua **APROVAÇÃO**.

É O PARECER

Sala das Comissões da Câmara Municipal, aos 19 de agosto de 2024.

ANDRÉIA PEREIRA
Presidente


IVONE B. BRANDT
Secretária


GILMAR BISSOTO
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

PARECER NO PROJETO DE LEI N.º 2707/2024 DO EXECUTIVO MUNICIPAL

A Comissão de “**FINANÇAS E ORÇAMENTOS**”, composta pelos vereadores: **DIRCEU DUARTE, GILMAR BISSOTO e TATIANE R. ZANCHETA**, reuniram-se em data de 19/08/2024 para estudar o **PROJETO DE LEI N.º 2707/2024** do Executivo Municipal e dar o **PARECER**.

Após minucioso estudo do referido Projeto, analisado nos diversos aspectos de competência desta Comissão, chegamos à conclusão que o referido **PROJETO DE LEI** merece, por parte desta Comissão, sua **APROVAÇÃO**.

É O PARECER

Sala das Comissões da Câmara Municipal, aos 19 de agosto de 2024.

DIRCEU DUARTE
Presidente

GILMAR BISSOTO
Secretário

TATIANE R. ZANCHETA
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARECER NO PROJETO DE LEI N.º 2707/2024 DO EXECUTIVO MUNICIPAL

A Comissão de “**EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**”, composta pelos vereadores: **IVONE B. BRANDT**, **DIRCEU DUARTE** e **KAINAN MAXOEL DA SILVA**, reuniram-se em data de 19/08/2024 para estudar o **PROJETO DE LEI N.º 2707/2024** do Executivo Municipal e dar o **PARECER**.

Após minucioso estudo do referido Projeto, analisado nos diversos aspectos de competência desta Comissão, chegamos à conclusão que o referido **PROJETO DE LEI** merece, por parte desta Comissão, sua **APROVAÇÃO**.

É O PARECER

Sala das Comissões da Câmara Municipal, aos 19 de agosto de 2024.

IVONE B. BRANDT
Presidente

DIRCEU DUARTE
Secretário

KAINAN MAXOEL DA SILVA
Membro